

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN
DIRETORIA DE ENSINO
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

MICAEL NOVELLO

**EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM
RODEIO BONITO (RS): UMA ANÁLISE COMPARATIVA COM DADOS
ESTADUAIS E NACIONAIS NO PERÍODO DE 2007 A 2023**

Frederico Westphalen, RS

2025

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM RODEIO BONITO (RS): UMA ANÁLISE COMPARATIVA COM DADOS ESTADUAIS E NACIONAIS NO PERÍODO DE 2007 A 2023

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) desenvolvido como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel (a) em Administração** junto ao Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Frederico Westphalen.

Orientador: Prof. José Eduardo Gubert

Frederico Westphalen, RS

2025

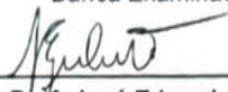
MICAEL NOVELLO

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM
RODEIO BONITO (RS): UMA ANÁLISE COMPARATIVA COM DADOS ESTADUAIS
E NACIONAIS NO PERÍODO DE 2007 A 2023

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao curso de
Bacharelado em Administração do Instituto Federal Farroupilha – *campus* Frederico
Westphalen, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em
Administração.

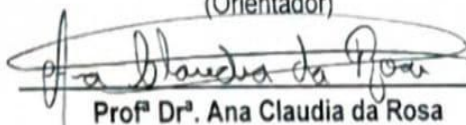
Aprovado em: 16 de dezembro de 2025

Banca Examinadora:



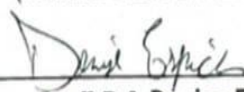
Prof. José Eduardo Gubert

(Orientador)



Profª Drª. Ana Claudia da Rosa

(Instituto Federal Farroupilha)



Profª Drª. Denise Espich

(Instituto Federal Farroupilha)

Frederico Westphalen, RS

2025

RESUMO

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM RODEIO BONITO (RS): UMA ANÁLISE COMPARATIVA COM DADOS ESTADUAIS E NACIONAIS NO PERÍODO DE 2007 A 2023

O presente trabalho teve como objetivo analisar a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Médio do município de Rodeio Bonito (RS), no período de 2007 a 2023. A pesquisa desenvolveu-se por meio de uma análise comparativa com os dados do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil, buscando compreender os avanços, desafios e fatores que influenciaram diretamente o desempenho educacional do município ao longo dos anos. Para alcançar o objetivo geral, foram definidos como objetivos específicos: comparar os dados do IDEB de Rodeio Bonito com os resultados estadual e nacional; identificar tendências de crescimento, estagnação ou queda; analisar fatores que impactaram os resultados locais; além de verificar se o município cumpriu as metas estabelecidas no período analisado, considerando cuidadosamente as especificidades de cada etapa de ensino e o contexto socioeducacional. A metodologia adotada caracterizou-se como uma pesquisa descritiva, quantitativa e documental. A coleta de dados foi realizada por meio de fontes oficiais, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Ministério da Educação (MEC), a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), a Secretaria Municipal de Educação de Rodeio Bonito e o QEDu, que forneceram informações confiáveis e adequadas à análise proposta. Esses dados permitiram acompanhar a trajetória do desempenho educacional do município ao longo dos anos, possibilitando a identificação de avanços e fragilidades no processo de ensino e aprendizagem, aspectos considerados essenciais e determinantes para a compreensão geral da educação local. O campo de pesquisa foi o município de Rodeio Bonito, situado na região Noroeste do Rio Grande do Sul, uma localidade que apresentava características próprias no que se refere à organização e ao desenvolvimento da educação básica. Dessa forma, a pesquisa visou fornecer informações consistentes para reflexões e tomadas de decisão voltadas à melhoria da qualidade da educação, contribuindo de forma efetiva para o planejamento de políticas públicas e para o fortalecimento de estratégias de gestão educacional no contexto local, favorecendo a construção de ações direcionadas ao aprimoramento contínuo dos indicadores educacionais existentes.

Palavras-chave: Ideb. Educação Básica. Políticas Educacionais.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Evolução do IDEB dos Anos Iniciais da Escola José André Acadroli (2007- 2023)	34
Gráfico 02 - Evolução do IDEB dos Anos Finais da Escola José André Acadroli (2007-2023).....	36
Gráfico 03 - Evolução do IDEB dos Anos Iniciais do Município de Rodeio Bonito,RS (2007- 2023).....	37
Gráfico 04 - Evolução do IDEB dos Anos Finais do Município de Rodeio Bonito,RS (2007- 2023)	39
Gráfico 05 - IDEB do Ensino Médio da Escola Estadual Danilo Irineu Daris (2017, 2019 e 2023).....	40
Gráfico 06 - IDEB dos Anos Iniciais da Escola Evaldo Roberto Nickhorn (2013, 2015,2017,2023).....	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Instituições Educacionais Analisadas no Município de Rodeio Bonito (RS).....	32
Quadro 02 - IDEB dos Anos Iniciais da Escola Estadual José André Acadroli.....	34
Quadro 03 - IDEB dos Anos Finais da Escola Estadual José André Acadroli.....	35
Quadro 04 - IDEB dos Anos Iniciais do Município de Rodeio Bonito (RS).....	37
Quadro 05 - IDEB dos Anos Finais do Município de Rodeio Bonito (RS).....	38
Quadro 06 - IDEB do Ensino Médio da Escola Estadual Danilo Irineu Daris.....	40
Quadro 07 - IDEB dos Anos Iniciais da Escola Municipal de Ensino Fundamental Evaldo Roberto Nickhorn.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EREM – Escola de Referência em Ensino Médio

ETE – Escola Técnica Estadual

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

PAR – Plano de Ações Articuladas

PIB – Produto Interno Bruto

PNE – Plano Nacional de Educação

PNP – Plataforma Nilo Peçanha

QEdu – Plataforma de Dados Educacionais do Brasil

RS – Rio Grande do Sul

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
1.1 OBJETIVOS.....	09
1.1.1 Objetivo geral.....	09
1.1.2 Objetivos específicos.....	09
1.2 JUSTIFICATIVA.....	09
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1 EDUCAÇÃO COMO DIREITO E POLÍTICA PÚBLICA.....	11
2.1.1 Políticas públicas educacionais no Brasil.....	13
2.1.2 O papel dos municípios na efetivação do direito à educação de qualidade.....	15
2.1.3 Conceito de qualidade na educação.....	17
2.1.4 Importância dos indicadores educacionais.....	19
2.2 INDICADORES EDUCACIONAIS DO BRASIL.....	22
2.2.1 Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB).....	23
2.2.2 Modelos de avaliações: Prova Brasil, Saeb e Enem.....	24
2.2.3 Indicadores de acesso, permanência e rendimento escolar.....	26
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	28
4. RESULTADO.....	34
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	47

1. INTRODUÇÃO

A educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social, econômico e cultural de uma nação. No Brasil, a busca pela melhoria da qualidade educacional tem sido acompanhada por meio de indicadores oficiais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Esse indicador permite avaliar a qualidade do ensino nas redes públicas, considerando o rendimento escolar em avaliações padronizadas periódicas (INEP, 2007).

O IDEB se consolidou como um dos principais instrumentos de monitoramento da educação básica no país, combinando duas dimensões centrais: o desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, avaliado pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e o fluxo escolar, representado pelas taxas de aprovação, reprovação e evasão. Dessa forma, tornou-se possível acompanhar a evolução das redes de ensino e estabelecer metas progressivas para estados e municípios (INEP, 2007).

Além disso, os resultados do IDEB exercem influência direta na formulação de políticas públicas educacionais e no planejamento pedagógico, funcionando como referência para gestores, professores e comunidades escolares. Eles permitiram identificar fragilidades, direcionar investimentos, redefinir estratégias pedagógicas e acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas para cada etapa da educação básica em diferentes níveis.

Diante desse contexto, este estudo buscou responder à seguinte questão: qual foi a evolução do IDEB no município de Rodeio Bonito (RS), no período de 2007 a 2023? A escolha desse município justificou-se pela proximidade e convivência do autor com a realidade educacional local, permitindo uma análise mais contextualizada. A partir dessa investigação, pretendeu-se identificar a trajetória dos indicadores e compreender em que medida os resultados municipais se aproximaram ou se distanciaram das médias estadual e nacional.

1.1 OBJETIVOS

Para responder ao problema de pesquisa elaborado, esse trabalho se orienta a partir dos objetivos descritos a seguir.

1.1.1 Objetivo geral

O objetivo desta pesquisa foi analisar a evolução histórica do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais), e 3º Ano do Ensino Médio em Rodeio Bonito, RS, entre os anos de 2007 a 2023.

1.1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos desta pesquisa foram:

- Identificar tendências de crescimento, estagnação ou queda do Ideb para o município de Rodeio Bonito (RS).
- Comparar os dados do IDEB de Rodeio Bonito com os do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil de 2007 a 2023;
- Analisar possíveis fatores que influenciaram os resultados do município;
- Verificar se Rodeio Bonito cumpriu as metas projetadas para o IDEB no período (2007-2023);

1.2 JUSTIFICATIVA

A educação nas etapas iniciais constitui um alicerce indispensável para a construção de uma nação mais justa e desenvolvida. Nesse contexto, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) se consolidou como um dos principais instrumentos de avaliação da qualidade da educação pública no Brasil, ao mensurar tanto o rendimento escolar (taxas de aprovação) quanto o desempenho dos alunos em avaliações externas, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Esse indicador foi essencial para monitorar a efetividade do ensino e direcionar políticas públicas que buscassem a melhoria da qualidade educacional.

Nessa perspectiva, a justificativa teórica e prática da pesquisa mostrou que ela contribuiu tanto para o aprofundamento das discussões sobre o IDEB, sendo um importante instrumento de monitoramento da educação, quanto para a gestão escolar em Rodeio Bonito. No campo acadêmico, sua relevância manifestou-se ao ampliar a compreensão sobre o indicador em municípios de pequeno porte e ao dialogar com as médias estadual e nacional. Já na prática, ofereceu apoio para o planejamento de ações pedagógicas e políticas mais eficazes, contribuindo assim para o desenvolvimento educacional e social do município (SOUZA, 2014).

Apesar dessas contribuições, o cenário brasileiro ainda apresentava desafios significativos, sobretudo no que se referia à qualidade da aprendizagem, à permanência dos alunos e à redução das desigualdades educacionais. No caso de cidades de menor porte, como Rodeio Bonito RS, tornou-se indispensável compreender sua realidade educacional, especialmente nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, uma vez que essas etapas foram determinantes para a formação dos estudantes (ALVES; SOARES, 2013).

Ao considerar a evolução do IDEB no município, torna-se possível identificar avanços, estagnações e retrocessos ao longo dos anos, frente aos indicadores que compunham o índice, bem como comparar esse desempenho entre municípios, entre diferentes regiões e com a configuração nacional. Essas comparações podem evidenciar possíveis disparidades regionais e permitiram compreender se as políticas educacionais estavam, de fato, promovendo melhorias no ensino local.

Além disso, o diagnóstico da situação educacional de Rodeio Bonito mostra-se fundamental para subsidiar gestores públicos, profissionais da educação e demais atores sociais na formulação de ações mais efetivas e alinhadas às necessidades da comunidade escolar. Como destacam Vitelli et al. (2018) e Alves e Soares (2013), os indicadores educacionais, apesar de suas limitações, cumpriram um papel relevante na orientação de estratégias e na definição de metas para a melhoria da qualidade da educação.

Dessa forma, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar o entendimento sobre o desempenho educacional de Rodeio Bonito, buscando fortalecer a gestão educacional, promover a equidade e contribuir para o desenvolvimento social do município.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A educação básica no Brasil, para Cury (2008), representa não apenas uma etapa na formação escolar, mas um conceito que integra a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, os quais estão interligados em um processo contínuo e constituem um direito de todos os cidadãos. Sendo assim, esse modelo visa assegurar a democratização do acesso, a igualdade de oportunidades e a consolidação da cidadania educacional no país.

O capítulo apresenta a base teórica da pesquisa, abordando a educação como direito e política pública, o conceito de qualidade na educação, os indicadores educacionais e os critérios nacionais de avaliação. Discute-se o papel da Constituição Federal de 1988 e das políticas públicas, bem como a atuação dos municípios como responsáveis pela oferta da educação básica no nível fundamental. Além disso, são analisados os principais instrumentos de avaliação, como o Ideb, a Prova Brasil, o Saeb e o Enem, e os indicadores de acesso, permanência e rendimento escolar. A abordagem desses elementos visa oferecer uma base teórica sólida para a análise da qualidade no contexto educacional, destacando suas múltiplas dimensões e os instrumentos utilizados para sua mensuração no cenário brasileiro.

2.1 Educação como direito e política pública

A Constituição Federal de 1988 prevê a educação como um direito social fundamental, devendo ser garantida pelo Estado e pela família, com a participação da sociedade. A partir dessa concepção de responsabilidades, são definidos princípios como a igualdade de acesso, à gratuidade do ensino público, a valorização dos profissionais da educação e a gestão democrática, o que reafirma seu caráter de política pública educacional brasileira (Soethe;Oliveira, 2011).

Nesse sentido, Soethe e Oliveira (2013) afirmam que o acesso à educação pública é um direito de todos os cidadãos brasileiros e um dever do Estado, que deve garantir a todos a possibilidade de estudar. Além disso, os autores destacam que a Constituição impõe ao Estado a obrigação de assegurar o acesso à educação

gratuita e de qualidade, sem discriminação de classe social, sexo, cor, entre outros fatores.

Como afirmam Koehler e Motta (2012), a Constituição de 1988 reconheceu a educação como um direito fundamental, estabelecendo, assim, uma relação entre os direitos sociais e a garantia de sua eficácia. Os autores observam que a Assembleia Nacional Constituinte buscou elaborar um texto que assegurasse o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo, refletindo avanços significativos para a implementação de uma educação democrática e plural.

A Carta Magna de 1988 estabelece a educação como um direito fundamental de todos os cidadãos, devendo ser promovida e incentivada com a participação da União, dos Estados e dos Municípios. À União cabe a responsabilidade de assegurar o acesso à educação; aos Estados, a competência legislativa sobre o tema; e aos Municípios, a manutenção de programas de educação infantil e de ensino fundamental, com o apoio técnico e financeiro dos demais entes federativos (Brasil, 1988).

O artigo 211 da Constituição Federal estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem organizar seus sistemas de ensino em regime de colaboração. No § 1º, a União é indicada como responsável pela organização do sistema federal de ensino e dos territórios, além de financiar as instituições públicas federais de ensino. Já o § 2º determina que os Municípios devem atuar prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental. Por sua vez, o § 3º dispõe que os Estados e o Distrito Federal devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e no ensino médio (Brasil, 1988).

Ainda segundo a Constituição Federal de 1988, o modelo federativo descentralizado para a educação é distribuído em forma de competências entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Conforme o artigo 211, os entes federativos devem organizar seus sistemas de ensino em regime de colaboração. Assim, à União compete a coordenação da política nacional de educação e o apoio técnico e financeiro aos demais níveis, prioritariamente à educação básica. Já os Estados e o Distrito Federal atuam prioritariamente no ensino fundamental e médio, enquanto aos Municípios cabe a oferta da educação infantil e do ensino fundamental. Essa descentralização busca garantir a efetivação do direito à educação, respeitando as especificidades locais e promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos (Brasil, 1988).

Em relação aos recursos, a Constituição determina a vinculação de receitas à manutenção e desenvolvimento do ensino: a União deve aplicar, no mínimo, 18% da receita resultante de impostos; e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no mínimo, 25% (Brasil, 1988). Além disso, mecanismos como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), regulamentado pela Lei nº 14.113/2020, garantem a redistribuição de recursos entre os entes federativos, com complementação da União aos Estados que não atingem o valor mínimo por aluno definido nacionalmente. A responsabilidade fiscalizadora da aplicação desses recursos é realizada por órgãos como os Tribunais de Contas, o Ministério Público e os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, sendo essencial para assegurar a obrigatoriedade orçamentária e a efetividade de políticas públicas como o transporte escolar, a alimentação e o acesso universal à educação básica com qualidade (Brasil, 2020).

Ademais, para garantir o acesso e a permanência dos alunos na escola, especialmente em áreas rurais e de difícil acesso, a União promove ações de apoio aos Municípios por meio do transporte escolar, implementado através do Programa Caminho da Escola. Instituído pelo Governo Federal, esse programa tem como objetivo renovar, padronizar e ampliar a frota de veículos escolares nos Estados e, principalmente, nos Municípios, por meio da aquisição de ônibus, lanchas e bicicletas adaptadas, com recursos próprios da União ou por financiamentos via FNDE. A distribuição dos veículos prioriza localidades com maior número de estudantes residentes em áreas rurais e visa reduzir a evasão e melhorar o desempenho escolar, contribuindo para a efetivação do direito à educação e para o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2007).

2.1.1 Políticas públicas educacionais no Brasil

As políticas educacionais no Brasil, apesar de alguns avanços nas últimas décadas, ainda enfrentam desafios significativos para garantir uma educação de qualidade para todos. Segundo Libâneo (2016), políticas já implementadas, como as de avaliação em larga escala e o financiamento do setor educacional, ainda necessitam de melhorias no desempenho escolar para assegurar o acesso à

educação. O autor acredita que as especificidades regionais e as desigualdades não são suficientemente contempladas nessas avaliações.

Além disso, Libâneo (2016) destaca que, embora existam políticas voltadas para a formação contínua dos professores e a inclusão de estudantes com necessidades especiais, há uma falta de integração entre essas políticas e a realidade vivida nas escolas brasileiras, o que dificulta a implementação eficaz de uma educação inclusiva e de qualidade.

No contexto das políticas regionais, Oliveira (2014) ressalta que as políticas educacionais implementadas por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) tiveram impactos distintos sobre o desempenho educacional nos municípios fluminenses. Dentre essas políticas, a formação continuada de professores demonstrou associação positiva com o desempenho dos alunos, assim como a aplicação adequada dos recursos do Fundeb, cuja boa gestão contribuiu para a melhoria da aprendizagem discente. Em contrapartida, a implantação do ensino fundamental de nove anos apresentou resultados insatisfatórios, possivelmente devido à falta de planejamento e de reestruturação pedagógica e física das instituições de ensino.

De forma semelhante, Gorni (2007) destaca que a maioria das escolas públicas do Paraná não apresentava condições favoráveis para a implantação do ensino fundamental de nove anos. Identificou-se, em sua pesquisa, a ausência de planejamento e organização, bem como a existência de diferentes níveis de compreensão da proposta entre professores e diretores. Ficou evidente que, na maioria dos municípios, a adesão ocorreu apenas para atender ao que estabelece a legislação, sem os devidos ajustes ou a preparação necessária. Para o autor, a eficácia da política depende diretamente da forma como ela é recebida, compreendida e implementada em cada instituição.

Por outro lado, Castro (2022) chama a atenção ao analisar a relação entre o financiamento público da educação e a condição educacional da população brasileira no período de 1995 a 2020. Observa-se que, embora tenha havido um aumento significativo nos investimentos educacionais, ainda persistem desafios, como a redução do analfabetismo e a estagnação na média de anos de estudo da população adulta. Segundo o autor, a eficácia das políticas públicas educacionais depende diretamente da alocação eficiente dos recursos financeiros, acompanhada da implantação de estratégias que promovam a equidade e a qualidade no ensino.

Um exemplo concreto de política pública bem-sucedida pode ser visto em Pernambuco. Conforme Costa et al. (2023), a política pública de educação em tempo integral no estado de Pernambuco foi regulamentada em 2008 pela Lei Complementar Estadual nº 125/08. Essa política teve início com o objetivo de elevar a qualidade do ensino e combater as desigualdades educacionais do estado por meio da ampliação da carga horária escolar. Para tanto, foram criadas as Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) e as Escolas Técnicas Estaduais (ETE). Essa política pública buscou não só aumentar a carga horária dos alunos em sala de aula, mas também promover a reformulação curricular e valorizar a gestão escolar, fatores determinantes para a melhoria dos resultados educacionais esperados.

Costa et al. (2023) apontam os resultados dessa implementação em Pernambuco, os quais apresentaram avanços satisfatórios no desempenho educacional. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no ensino médio passou de 2,7 em 2005 para 4,0 em 2017, posicionando o estado entre os melhores do país. Além disso, a taxa de aprovação dos alunos na Prova Brasil subiu de 73% para 93% no mesmo período, superando a média nacional. Esses dados evidenciam que a política de tempo integral contribuiu de forma concreta para o fortalecimento da aprendizagem e para a redução das desigualdades no desempenho entre estudantes de diferentes contextos socioeconômicos.

2.1.2 O papel dos municípios na efetivação do direito à educação de qualidade

Pereira (2011) no artigo “Descentralização Administrativa e Práticas de Gestão Participativa: o Conselho Escolar em análise”, ressalta que, embora essa descentralização representa um avanço significativo nas políticas educacionais, ainda persistem dificuldades práticas que limitam seu impacto. Segundo a autora, transferir responsabilidades às escolas sem o devido suporte técnico e os recursos necessários resulta em atuação limitada por parte dos gestores e gera desigualdades entre as unidades escolares. Pereira (2011) pontua também que, para que a descentralização efetivamente promova uma gestão democrática, é fundamental garantir que as escolas recebam recursos, invistam em capacitação e contem com apoio técnico. Somente assim o processo tende a diminuir as desigualdades e melhorar a qualidade da educação, com a participação ativa da comunidade escolar.

Ampliando essa discussão, Freitas e Fernandes (2020) destacam que a efetivação do direito à educação de qualidade nos municípios brasileiros ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à gestão educacional e à articulação entre os diferentes níveis de governo. Os autores afirmam que, embora haja avanços na implementação de políticas educacionais, a falta de articulação e o baixo grau de resolutividade nas políticas locais ainda comprometem o alcance de uma educação de qualidade.

Nesse cenário, Pinto (2014) analisa o papel central assumido pelos municípios na oferta da educação básica após a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), em 1996, o que resultou em um aumento expressivo de suas responsabilidades. No entanto, esse crescimento não foi acompanhado pela necessária estrutura administrativa e financeira. A maioria dos municípios, sobretudo os de pequeno porte, enfrenta limitações severas em termos de gestão, planejamento e financiamento, com estruturas precárias, ausência de planos municipais de educação e forte dependência de recursos federais. Além disso, muitos ainda carecem de conselhos municipais deliberativos ou de secretarias exclusivas de educação, o que compromete seriamente a implementação eficaz de políticas públicas. Segundo o autor, sem um sistema permanente de financiamento e uma maior cooperação entre os entes federativos, os municípios permanecerão sobrecarregados diante das crescentes demandas educacionais.

Comprovando essa perspectiva, Correa (2018) evidencia que, apesar dos avanços legais e do aumento da demanda por vagas na Educação Infantil, muitos municípios paulistas ainda enfrentam dificuldades significativas na formulação e implementação de políticas públicas eficazes. A autora realizou uma pesquisa em doze municípios, a qual revelou a existência de estruturas administrativas frágeis, ausência de dados essenciais para a realização de um planejamento efetivo e escassez de profissionais. Segundo a autora, há desigualdades salariais, contratações de profissionais não docentes para atuar com as crianças e desrespeito à legislação vigente, fatores que comprometem a gestão democrática e a qualidade do atendimento educacional.

Além disso, Correa (2018) aponta a precarização da gestão da Educação Infantil, a qual está diretamente ligada à fragilidade das Secretarias Municipais de Educação. Em muitos casos, observa-se a inexistência de coordenação específica para essa etapa, a ausência de supervisores e a falta de acompanhamento

pedagógico adequado. A autora também chama atenção para as nomeações políticas em cargos de direção, sem critérios técnicos ou exigência de formação específica, comprometendo a qualidade da gestão escolar. Soma-se a isso a adoção de sistemas apostilados como solução à falta de equipe técnica qualificada, o que leva à padronização das práticas pedagógicas e ignora as especificidades da infância, configurando um retrocesso frente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Nesse mesmo contexto, Gonçalves e França (2013) argumentam que o processo de descentralização educacional no Brasil, impulsionado pela criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), em 1996, atribuiu aos municípios uma responsabilidade significativa pela oferta do ensino fundamental. Essa mudança resultou em sobrecarga das gestões educacionais locais, evidenciando a ausência de coordenação entre os entes federativos, bem como limitações de ordem técnica e administrativa nas administrações municipais. Além disso, surgiram riscos de práticas de favorecimento político, como a troca de favores por cargos públicos ocupados por membros das elites locais. Na visão dos autores, a eficiência da gestão educacional municipal é fortemente influenciada por fatores como a desigualdade socioeconômica, as estruturas políticas e o volume de recursos disponíveis, o que gera um cenário marcado por distintas realidades entre os municípios do país.

2.1.3 Conceito de qualidade na educação

O conceito de qualidade da educação é amplo e envolve a compreensão a respeito do mesmo, não como resultados de instrumentos para medir o desempenho dos estudantes, mas também como oportunidades de analisar aspectos relacionados à infraestrutura das escolas, formação dos docentes, gestão escolar, currículo e inclusão social. Nesse sentido, Cury (2014) destaca que a educação de qualidade no Brasil não é apenas o acesso do estudante à escola, mas sim a formação adequada dos professores, condições de trabalho, valorização profissional e recursos pedagógicos.

A qualidade, embora amplamente discutida, é um conceito difícil de ser definido de forma precisa, especialmente no âmbito da educação escolar. Segundo Cury (2014), uma das formas de abordar essa dificuldade é recorrer a uma definição

negativa, ou seja, entender o que a qualidade não é. Nessa perspectiva, o autor afirma que “a não qualidade se expressou e ainda está presente nas repetências sucessivas redundando nas reprovações seguidas do desencanto, da evasão e abandono” (Cury, 2014, p. 1055). Essa constatação evidencia que a ausência de qualidade se manifesta por meio de práticas e estruturas excludentes que comprometem a permanência e o sucesso dos estudantes no sistema educacional.

No contexto da educação infantil, Guerres-Zucco et al. (2022) apontam que existem diversas metodologias e instrumentos voltados à avaliação da qualidade na educação infantil, entre eles modelos nacionais, como os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, e internacionais, como as escalas ITERS-R, ECERS-R, ISQUEN, AVSI e NQS. Esses instrumentos variam quanto ao foco avaliativo, podendo se concentrar nos ambientes, nos processos ou no desenvolvimento infantil, além de apresentarem diferentes tipos de aplicação e níveis de participação dos envolvidos no processo avaliativo.

Ainda de acordo com Guerres-Zucco et al. (2022), os modelos nacionais de avaliação da educação infantil, como os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil elaborados pelo MEC, destacam-se por sua ampla utilização nas redes municipais, favorecendo a participação coletiva na construção de planos de melhoria. Em relação aos modelos internacionais, as escalas norte-americanas ITERS-R e ECERS-R propõem uma avaliação externa e padronizada, com ênfase nos ambientes físicos e nas rotinas escolares. Em contrapartida, os modelos italianos, como ISQUEN, AVSI e SPRING, apresentam uma abordagem mais formativa e contextualizada, promovendo a participação ativa da comunidade e permitindo adaptações conforme a realidade local. De modo geral, os modelos baseados em ambientes, insumos e processos são os que mais se aproximam das diretrizes da educação infantil, por considerarem as especificidades institucionais e fortalecerem o envolvimento dos profissionais no processo avaliativo.

No âmbito da educação a distância, Rodrigues et al. (2014) afirmam que a qualidade pode ser avaliada por meio de instrumentos que contemplam aspectos como o corpo docente e os tutores, a organização didático-pedagógica e as instalações físicas. O instrumento proposto pelos autores é composto por 67 itens, com elevada confiabilidade estatística, sendo aplicável a diferentes tipos de instituições de ensino. Esse instrumento fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação e pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação

Superior, possibilitando uma avaliação abrangente e específica dos cursos ofertados.

Rodrigues et al. (2014) ressaltam que a avaliação na modalidade a distância deve contemplar o desempenho dos professores e tutores, a participação dos estudantes, a estrutura dos polos de apoio e a organização dos cursos. Destacam ainda que a avaliação deve ser contínua, participativa e coerente com os princípios de qualidade definidos pelo Ministério da Educação, como a gestão acadêmica, o material didático necessário e o uso das tecnologias da informação e comunicação.

Por fim, Cabrito (2009) argumenta que a qualidade na educação não pode ser reduzida a modelos padronizados ou exclusivamente quantitativos. Trata-se de um conceito complexo, que deve ser avaliado por meio de diversos indicadores, como o desempenho dos alunos, a participação da comunidade escolar, a gestão institucional e a infraestrutura, sempre considerando o contexto social, econômico e cultural em que a instituição está inserida. O autor critica as avaliações que desconsideram essas variáveis e destaca que, quando mal conduzidas, as práticas avaliativas podem reforçar desigualdades, em vez de promover a equidade e a melhoria da educação.

2.1.4 Importância dos indicadores educacionais

Inicialmente, ao considerar os indicadores, é essencial destacar as diretrizes que norteiam cada um deles, pois isso tem implicações nas análises que geram. O Plano de Ações Articuladas (PAR) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) são fundamentais para fortalecer a gestão educacional e superar as desigualdades estruturais nas redes públicas de ensino. Para Cury (2010), esses instrumentos, ao articularem financiamento, planejamento e assistência técnica, buscam garantir o direito à educação com qualidade e equidade, especialmente para os municípios mais vulneráveis. O PAR se insere nesse contexto como um mecanismo de cooperação federativa, permitindo diagnóstico local e definição de prioridades, enquanto o FUNDEB atua como uma política redistributiva de recursos, assegurando a manutenção da educação básica, o custeio das atividades educacionais e a valorização dos profissionais da área. Dessa forma, ambos se complementam na efetivação das políticas públicas educacionais com base em parâmetros técnicos e diagnósticos consistentes.

Conforme Silva e Oliveira (2018), o Plano de Ações Articuladas (PAR) é composto por quatro variáveis, sendo elas; gestão educacional, formação de professores, práticas pedagógicas e avaliação, e infraestrutura física e recursos pedagógicos, as quais reúnem informações para retratar diagnóstico, planejamento e monitoramento das políticas educacionais municipais, buscando aprimorar a qualidade da educação básica.

Já o Fundeb atua como um mecanismo de financiamento da educação básica, compondo recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, distribuídos segundo critérios que consideram o número de alunos matriculados, o nível de ensino, a etapa de ensino e a proporção de complementação da União para os municípios com menor arrecadação, assegurando a manutenção das escolas, o custeio de atividades educacionais, a valorização dos profissionais da educação e a redução das desigualdades entre as redes públicas (Brasil, 2020).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), foi criado como uma forma de mensurar e acompanhar a qualidade da educação no país. Para Alves e Soares (2013), o IDEB relaciona informações sobre o rendimento escolar (taxas de aprovação) e o desempenho em exames padronizados como a Prova Brasil, gerando um índice objetivo que permite comparações temporais e entre redes de ensino.

Paula (2024) compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em duas dimensões principais: o desempenho escolar, medido pelas proficiências dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática na Prova Brasil, e o fluxo escolar, que representa o tempo médio necessário para os alunos concluírem as etapas da educação básica.

Apesar de sua importância, os autores salientam a necessidade de cautela em suas interpretações, pois o IDEB não contempla aspectos qualitativos mais amplos da aprendizagem e da experiência escolar. Ainda assim, seu uso permanece como um importante instrumento de avaliação e direcionamento de políticas públicas, especialmente quando articulado a metas e estratégias pedagógicas de longo prazo.

De acordo com Souza (2014), os indicadores educacionais são instrumentos fundamentais para diagnosticar deficiências no sistema de ensino, possibilitando o planejamento de políticas públicas mais eficazes e a formulação de metas voltadas à

melhoria da qualidade da educação básica. Além disso, esses indicadores desempenham um papel importante na regulamentação do ensino, ao fornecerem dados que permitem a análise de áreas críticas, orientando ações que promovam transformações significativas.

Nessa mesma perspectiva, Ribeiro e Gusmão (2010) destacam que os indicadores de qualidade, quando construídos de forma coletiva, contribuem não apenas para o diagnóstico do quadro educacional, mas também para o fortalecimento de uma gestão participativa. Essa abordagem envolve a comunidade nas decisões, no acompanhamento das avaliações e na busca contínua por melhorias no ensino.

Complementando a discussão sobre a importância dos indicadores, Alves e Soares (2013) analisam a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007. Os autores ressaltam que, até 2011, o IDEB apresentou avanços significativos, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental. O índice, que era de 3,6 em 2005, superou as metas previstas para os anos seguintes, alcançando 4,2 em 2007, 4,6 em 2009 e 5,0 em 2011. Nos anos finais do ensino fundamental, os resultados também foram positivos, chegando a 4,1 em 2011. No entanto, no ensino médio, os avanços foram mais baixos, passando de 3,4 em 2005 para 3,7 em 2011.

Reforçando a necessidade de indicadores mais sensíveis aos contextos escolares, Lacruz et al. (2019) demonstram que, entre as características das escolas avaliadas no Espírito Santo, três se destacaram por apresentarem diferenças significativas nos níveis de desempenho na Prova Brasil: o número de alunos em atraso escolar, a permanência dos professores na escola e a taxa de abandono escolar. O estudo evidenciou que a presença constante dos docentes exerce papel fundamental no desempenho estudantil, pois professores com vínculos mais estáveis com a escola tendem a contribuir para melhores resultados. Para os autores, manter vínculos duradouros entre docentes e unidades escolares é mais eficaz para a melhoria da aprendizagem dos alunos do que ações focadas apenas no aumento da carga horária ou no investimento em infraestrutura.

Nesse mesmo campo de investigação, Vitelli et al. (2018) analisaram dados do INEP referentes a 69 escolas estaduais de ensino médio localizadas em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e identificaram que o indicador de defasagem idade-série apresenta relação direta com os índices de reprovação e abandono

escolar. Os autores explicam que, à medida que aumenta a defasagem, cresce também a probabilidade de o estudante deixar de frequentar a escola. Isso demonstra que esse indicador funciona como uma ferramenta relevante para diagnosticar situações de vulnerabilidade educacional e subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas à permanência escolar.

Ainda conforme o estudo de Vitelli et al. (2018), o indicador de esforço docente também revelou dados significativos, especialmente no que se refere às taxas de reprovação. A pesquisa indicou que professores submetidos a jornadas excessivas, atuando em diferentes turnos, instituições e etapas de ensino, estão mais frequentemente associados a contextos escolares com os piores desempenhos. Essa evidência demonstra que condições de trabalho sobrecarregadas comprometem tanto a qualidade do ensino quanto o desempenho dos estudantes, destacando a importância de se considerar esse indicador na formulação de políticas educacionais voltadas à valorização docente e à melhoria das condições de trabalho nas escolas.

2.2 Indicadores educacionais do Brasil

Para Vitelli et al. (2018), a busca constante por melhores resultados educacionais no Brasil vem sendo desenvolvida desde a década de 1980, com políticas pautadas na avaliação em larga escala e na utilização de indicadores de trajetória, aprendizagem e contexto. Com a consolidação de sistemas como o SAEB e a atuação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), especialmente após a disponibilização da plataforma Painel Educacional, em agosto de 2015, consolidou-se um modelo de avaliação centrado em resultados expressos por meio de inúmeros indicadores quantitativos voltados à mensuração da qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras.

Contudo, os autores ressaltam que, embora tais indicadores possibilitem a realização de análises e sirvam de base para a formulação de políticas públicas educacionais, seu uso ainda é limitado, pois não contempla integralmente a complexidade dos problemas educacionais. Para Vitelli et al. (2018), a educação não deve ser compreendida exclusivamente a partir de índices numéricos. É necessário ampliar essa análise com a incorporação de elementos qualitativos e a compreensão

dos fatores contextuais que interferem nos resultados, muitas vezes ocultando desigualdades estruturais e limitando o papel das instituições escolares na promoção de uma educação justa e de qualidade.

2.2.1 Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB)

Para Chirinéa e Brandão (2015), o IDEB atua como uma política de regulamentação do Estado, ou seja, é um indicador utilizado para avaliar a qualidade da educação, combinando dois fatores importantes: o desempenho dos alunos, medido por ferramentas como o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), e a taxa de fluxo escolar, que leva em consideração os índices de aprovação, abandono e reprovação.

De acordo com Pessin e Deps (2020), os resultados do IDEB influenciam a motivação tanto de professores quanto de alunos. Quando as metas são alcançadas, há um aumento na motivação para manter os bons resultados. No entanto, nas escolas em que as metas não são atingidas, essa motivação tende a diminuir.

Ainda segundo Pessin e Deps (2020), os resultados do IDEB, quando utilizados de maneira reflexiva, têm um valor significativo na construção de alternativas para o aprimoramento pedagógico, além de oportunizarem discussões coletivas que contribuem para a assertividade dos planos estratégicos de ensino.

Para Soares e Santos (2023), o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é realizado com base em duas variáveis principais: o desempenho dos alunos e o fluxo escolar. O índice utiliza dados de aprovação, reprovação e evasão produzidos pelo Censo Escolar da Educação Básica, cruzados com as médias obtidas nas provas de Língua Portuguesa e Matemática do SAEB. Conforme os autores, o IDEB é calculado pela fórmula ($IDEB = N \times P$), sendo N a média padronizada (de 0 a 10) nas disciplinas avaliadas, e P o indicador de rendimento, baseado na taxa de aprovação dos estudantes.

Nas esferas municipais e estaduais, Soares e Santos (2023) afirmam que os cálculos seguem a mesma lógica nacional, utilizando a fórmula ($IDEB = N \times P$). O ano de 2005 foi adotado como marco inicial para o cálculo do índice, com projeções intermediárias para cada unidade federativa, por meio de um modelo de regressão logística fixado em metas de convergência nacional de 9,9. Para os autores, essa

metodologia propõe que, ao longo dos anos, todas as regiões evoluam até atingir esse valor, com metas estabelecidas a cada dois biênios.

Apesar dos avanços apontados, há críticas ao uso do IDEB como principal referência avaliativa. Freitas (2007) argumenta que o índice representa uma política de responsabilização inadequada, impondo exigências às escolas sem considerar suas reais condições de funcionamento, o que acaba por reproduzir uma imagem negativa para a sociedade. Segundo o autor, o IDEB não deve ser utilizado como único parâmetro para avaliar a qualidade da educação, pois desconsidera fatores como o custo por aluno, a qualidade educacional efetiva e as desigualdades sociais.

No mesmo sentido, Souza e Oliveira (2010) afirmam que o IDEB simplifica excessivamente os problemas da educação brasileira, transformando questões complexas em números que não são facilmente compreendidos e que, muitas vezes, ocultam os verdadeiros desafios enfrentados pelas escolas.

2.2.2 Modelos de avaliações: Prova Brasil, Saeb e Enem

Segundo Bueno et al. (2016), a Prova Brasil foi criada em 2005 pelo Inep como parte integrante do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), com o objetivo de contribuir para a melhoria da educação pública brasileira. Essa avaliação é aplicada a cada dois anos a estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Para as autoras, a aplicação da prova tem como função oferecer informações relevantes ao poder público, aos professores e à comunidade escolar, permitindo uma compreensão mais precisa da realidade educacional de cada escola e município.

Ainda conforme Bueno et al. (2016), esses dados são fundamentais para que os governos possam avaliar o sistema educacional e tomar decisões mais assertivas, como definir investimentos e implementar ações pedagógicas. Além disso, a Prova Brasil possibilita que as próprias escolas realizem uma autoavaliação, o que contribui para que as equipes gestoras planejem metas e estratégias futuras. Dessa forma, a ferramenta se mostra essencial para orientar ações voltadas à elevação dos níveis educacionais no Brasil.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), conduzido pelo Inep, tem como função oferecer informações sobre a qualidade da educação básica, abrangendo desde o processo de alfabetização no ensino fundamental até o último

ano do ensino médio. Aplicado a cada dois anos, o Saeb realiza avaliações externas utilizando indicadores educacionais obtidos por meio de testes cognitivos e questionários. Esses instrumentos permitem a coleta de dados sobre estudantes, professores e gestores, possibilitando a identificação de fatores que influenciam o desempenho educacional. A partir dessas informações, são formuladas políticas públicas fundamentadas na melhoria do sistema educacional (Inep, 2024).

Esse sistema fornece uma visão abrangente da educação nas escolas públicas, considerando que os dados gerados pelo Saeb são essenciais para a composição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Esse índice mede a qualidade do ensino ao relacionar os resultados de desempenho dos estudantes com as taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar. Essa funcionalidade torna o Saeb uma ferramenta estratégica para as redes de ensino e para as escolas, permitindo o acompanhamento contínuo dos avanços e desafios do sistema educacional. Dessa forma, é possível implementar ações de melhoria mais eficazes, com base nas informações disponibilizadas ao longo das edições do Saeb (Inep, 2024).

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), por sua vez, foi criado em 1998 pelo Ministério da Educação (MEC), com a finalidade de avaliar as competências de cada candidato ou estudante concluinte do ensino médio, atuando como forma regulamentadora da qualidade da educação. A prova é composta por conteúdos conceituais das diversas disciplinas do conhecimento, como domínio de linguagens, compreensão de fenômenos, enfrentamento de situações-problema, construção de argumentações e elaboração de proposta de intervenção na realidade (Santos, 2011).

Esse modelo de avaliação possui objetivos específicos, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 1999, que permanecem em vigor:

- “I – Oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder à sua autoavaliação com vistas às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mercado de trabalho quanto em relação à continuidade de estudos;
- II – estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mercado de trabalho;
- III – estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes pós-médios e à Educação Superior” (SANTOS, 2011, p. 197).

Além de seu papel avaliativo, o Enem também gera dados relevantes sobre o desempenho dos estudantes e das instituições de ensino. Essas informações permitem o cálculo de indicadores que subsidiam decisões voltadas à melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Entre os dados disponibilizados, incluem-se médias, níveis de proficiência, resultados por área de conhecimento e informações socioeconômicas dos participantes (Lima et al., 2019).

2.2.3 Indicadores de acesso, permanência e rendimento escolar

A educação faz parte de um conjunto de elementos que asseguram não apenas o acesso às escolas, mas também a permanência dos estudantes e a efetiva aprendizagem. Nesse sentido, monitorar a qualidade da educação envolve integrar três aspectos fundamentais: o acesso, geralmente medido por dados do IBGE; a permanência, acompanhada pelo Censo Escolar, por meio do fluxo escolar; e o rendimento, que avalia as taxas de aprovação e os resultados obtidos por meio dos exames do Saeb. Para os autores, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é o principal indicador oficial; porém, apresenta limitações ao não considerar trajetórias irregulares dos estudantes, como reprovações e abandonos, o que compromete uma avaliação justa do sistema educacional (Soares et al., 2021).

A partir de 2015, o Inep passou a disponibilizar publicamente um conjunto de indicadores educacionais, especialmente os de trajetória escolar, que incluem taxa de matrícula, aprovação, reprovação, abandono e distorção idade-série. Esses indicadores têm como objetivo ampliar a compreensão sobre a realidade que influencia o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas. No entanto, os autores afirmam que a qualidade da educação não pode ser expressa somente por indicadores quantitativos, pois, para uma avaliação mais profunda da realidade educacional, é necessária a incorporação de elementos qualitativos que retratem melhor esse contexto (Vitelli et al., 2018).

Nesse sentido, os autores conceituam a qualidade da educação como a combinação de resultados numéricos gerados por testes padronizados e outros indicadores qualitativos, como os de acesso e desempenho. Diante disso, esse modelo de diferenciação resulta na comparação de rankings entre escolas, desconsiderando fatores estruturais e contextuais relevantes que jamais poderiam ser ignorados, como os níveis socioeconômicos dos estudantes ou a formação dos

docentes. Assim, embora os indicadores de acesso contribuam para identificar desigualdades no ingresso escolar, seu uso deve ser criterioso e sempre acompanhado de análises mais amplas e contextualizadas (Vitelli et al., 2018).

No tocante à caracterização do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), Alves e Soares (2013) salientam que, embora esse indicador seja amplamente utilizado, ele assume um papel finalístico e ignora as condições escolares e socioeconômicas que influenciam diretamente seus resultados, o que pode ocasionar interpretações equivocadas do desempenho escolar. Ademais, Garcia et al. (2021) destacam que os indicadores de acesso, permanência e rendimento escolar são caracterizados com base em três dimensões: infraestrutura escolar, rendimento escolar e qualificação docente. Tais indicadores foram construídos a partir de microdados do Censo Escolar e do Enem, abrangendo variáveis como taxas de abandono e reprovação, presença de laboratórios e bibliotecas, além da formação dos docentes e da razão professor por aluno.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 155), “a pesquisa é um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para se descobrir verdades parciais”. Nesse sentido, a pesquisa científica orientou o pesquisador na busca por respostas fundamentadas e na compreensão dos fenômenos observados, servindo como base para a construção do conhecimento.

Além disso, Günther (2006) destacou que o uso dos métodos qualitativo e quantitativo não deveria ser tratado como uma divisão rígida entre abordagens, pois ambas apresentavam características complementares. Segundo o autor, essa escolha metodológica foi orientada pela natureza da pergunta de pesquisa, permitindo a integração de diferentes estratégias, como entrevistas, observações e levantamentos. Tal integração configurou uma abordagem mista, na qual técnicas qualitativas e quantitativas se complementaram, ampliando a compreensão dos resultados obtidos.

Dessa forma, a pesquisa científica desenvolvida buscou compreender como o processo sistemático permitiu responder a problemas específicos, por meio da utilização de métodos adequados que garantiram a validade e a confiabilidade dos resultados. Segundo Gil (2008), a pesquisa científica consistiu em um conjunto de procedimentos sistemáticos cujo objetivo foi proporcionar respostas aos problemas propostos, contribuindo para o avanço do conhecimento humano em diferentes áreas. Nesse contexto, a investigação não se limitou apenas à coleta de dados, mas envolveu também a análise crítica, a interpretação e a busca por explicações fundamentadas, possibilitando compreender os fenômenos estudados e propor soluções coerentes.

Por fim, a metodologia adotada desempenhou papel essencial na construção da pesquisa, pois definiu o caminho a ser seguido para alcançar os objetivos estabelecidos. De acordo com Severino (2014), a metodologia consistiu no conjunto de procedimentos, técnicas e instrumentos que orientaram o desenvolvimento científico da investigação, colaborando para sua organização e coerência. Diante disso, a metodologia assegurou a credibilidade da pesquisa e possibilitou a interpretação dos resultados de modo objetivo, estruturado e fundamentado, favorecendo o rigor científico do trabalho.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

No tocante ao delineamento, a investigação foi classificada como qualitativa e quantitativa, pois visou à coleta e análise de dados numéricos sobre o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), no município de Rodeio Bonito, no estado do Rio Grande do Sul e no Brasil, no período de 2007 a 2023. A partir da coleta, foram feitas comparações e identificados os resultados em gráficos, visando à melhor compreensão da realidade. Para Creswell (2007), a abordagem mista qualitativa e quantitativa consistiu na coleta e análise de dados tanto quantitativos quanto qualitativos, integrando os dois tipos de dados em um único estudo para proporcionar melhor compreensão do problema de pesquisa.

Em relação aos fins, tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo. Considerou-se exploratória, pois buscou aproximar-se do problema estudado, investigando, com maior profundidade, informações e possibilitando a construção de hipóteses. Segundo Duran e Toledo (2011), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com certos problemas, permitindo melhor entendimento e levantamento de informações, com o objetivo de observar, classificar e descrever fenômenos em situações em que havia pouco conhecimento, contribuindo, assim, para discutir e direcionar futuras investigações. Já a pesquisa descritiva esteve presente na análise dos dados ao longo dos anos, identificando tendências e seus comportamentos, sem intervir nas variáveis. Como destacam Dias et al. (2023), a pesquisa descritiva permitiu observar, organizar e apresentar os dados com base em sua frequência, distribuições e padrões.

Por fim, no que se referiu aos procedimentos técnicos, a investigação caracterizou-se como uma pesquisa documental, uma vez que fez uso de dados secundários provenientes de fontes oficiais, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Ministério da Educação (MEC), a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), dentre outras fontes, conforme orientação metodológica descrita por Gil (2008).

3.2 Proposta metodológica de coleta e análise de dados

A pesquisa desenvolvida fundamentou-se na coleta de dados secundários, com o objetivo de analisar a evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nas séries iniciais (1º ao 5º ano) e nas séries finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio no município de Rodeio Bonito (RS), no período de 2007 a 2023.

Conforme Teixeira e Santos (2019), os dados secundários são informações derivadas de dados primários, já coletadas e organizadas anteriormente, que se encontram disponíveis ao público em livros, periódicos, censos e outras fontes, podendo ser utilizadas em novas pesquisas.

A organização dos dados utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa foi realizada a partir de fontes oficiais mencionadas neste tópico. A sistematização das informações ocorreu por meio da construção de gráficos, nos quais cada instituição teve representada sua série histórica de 2007 a 2023. Posteriormente, esses resultados foram comparados às médias estadual e nacional, a fim de proporcionar uma melhor visualização dos percentuais e compreensão dos resultados obtidos.

Quanto aos procedimentos metodológicos para a coleta de dados, foram utilizadas as seguintes fontes de consulta:

- Acesso ao Portal do IDEB e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): buscar dados do IDEB de Rodeio Bonito, do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil;
- QEDu – Portal de Dados Educacionais do Brasil: disponibiliza dados detalhados dos indicadores educacionais, como taxa de aprovação, distorção idade-série, fluxo escolar, desempenho e avaliações nacionais;
- Plano Nacional de Educação (PNE): permite compreender as metas em determinado período e realizar análise comparativa entre os resultados do IDEB e seus objetivos para a melhoria do sistema educacional brasileiro;

- Secretaria Municipal de Educação de Rodeio Bonito (RS): coleta de informações complementares.

3.3 Caracterização do campo de pesquisa.

O quadro a seguir apresenta a relação das escolas participantes da pesquisa, com seus respectivos endereços e os níveis de ensino que atendem:

QUADRO 1 - Instituições Educacionais Analisadas no Município de Rodeio Bonito, RS.				
Rede	Escolas	Etapa	Período	Endereço e Níveis Atendidos
Municipal	Escola Municipal de Ensino Fundamental Graciliano Ramos	Anos iniciais e finais	Sem divulgação (amostragem)	Rua Adriano Sperandil 84 , Distrito do Saltinho. Ensino Fundamental.
Municipal	Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Barbara	Anos iniciais e finais	Sem divulgação (amostragem)	Linha Santa Barbara, S/N, Interior. Ensino Fundamental.
Municipal	Escola Municipal de Ensino Fundamental Evaldo Roberto Nickhorn	Anos iniciais e finais	2013 a 2023	Rua Arno Adolfo Gregori 275, Centro. Ensino Fundamental.
Estadual	Escola Estadual de Ensino Fundamental José Andre Acadroli	Anos iniciais e finais	2007 a 2023	Rua Julio de Castilhos 55, Centro. Ensino Fundamental e EJA (Educação de Jovens e Adultos).
Estadual	Escola Estadual de Ensino Médio Danilo Irineu Darís	Ensino Médio	2017 a 2023	Avenida do Comercio 627, Centro.

FONTE: Elaborado pelo autor (2025)

O campo de pesquisa foi o município de Rodeio Bonito (RS), com foco nos dados educacionais. Localizado na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, pertence à Microrregião de Frederico Westphalen. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), Rodeio Bonito possuía uma população de 6.654 habitantes e apresentava um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,732. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita correspondia a R\$ 47.593,36 (IBGE, 2021), e a economia local era baseada nos setores da agropecuária, indústria de alimentos e serviços em geral.

A escolha do município de Rodeio Bonito (RS) como campo de pesquisa se justificou pela proximidade e convivência direta do pesquisador com a realidade local. Essa vivência possibilitou uma compreensão mais ampla do contexto educacional, das particularidades sociais e econômicas do município, bem como das transformações ocorridas ao longo dos últimos anos. A familiaridade com o ambiente e com as instituições de ensino contribuiu para uma análise mais consistente e contextualizada dos indicadores educacionais, especialmente do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), permitindo relacionar os resultados obtidos às condições reais do sistema educacional local.

Conforme Gil (2008), afirma que a proximidade do pesquisador com o campo de estudo favorece a observação crítica e a interpretação mais precisa dos fenômenos, uma vez que o conhecimento prévio do contexto contribui para a compreensão das variáveis e das relações existentes na realidade investigada.

4. RESULTADOS

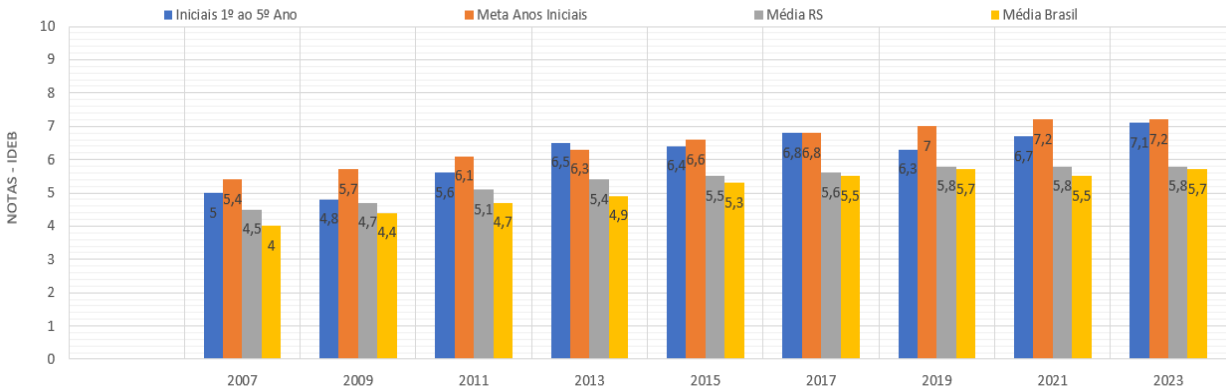
A seguir, apresentam-se a tabela de dados e os respectivos gráficos, acompanhados da análise das séries iniciais e finais, incluindo o IDEB do município e comparativos das metas da escola com as médias estadual e nacional.

Quadro 02 - IDEB dos Anos Iniciais da Escola Estadual José André Acadroli (2007- 2023)

Evolução Histórica	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	2023
Iniciais 1º ao 5º Ano	5	4,8	5,6	6,5	6,4	6,8	6,3	6,7	7,1
Meta Anos Iniciais	5,4	5,7	6,1	6,3	6,6	6,8	7	7,2	7,2
Média RS	4,5	4,7	5,1	5,4	5,5	5,6	5,8	5,8	5,8
Média Brasil	4	4,4	4,7	4,9	5,3	5,5	5,7	5,5	5,7

Fonte: INEP/QEdu (2024).

Gráfico 01 - Evolução do IDEB dos Anos Iniciais da Escola José André Acadroli (2007- 2023)



Fonte: INEP/QEdu (2024).

A evolução dos dados da Escola de Ensino Fundamental José André Acadroli demonstra que, ao longo do período de 2007 a 2023, a instituição apresentou um crescimento consistente no IDEB dos anos iniciais. O índice partia de 5,0 em 2007 e alcançava 7,1 em 2023, evidenciando um avanço contínuo, apesar de pequenas oscilações, como a redução registrada em 2019, quando o resultado diminuía de 6,8 para 6,3. Ainda assim, a escola recuperava o desempenho nas avaliações seguintes, alcançando seu melhor resultado no último ciclo analisado.

No que diz respeito ao cumprimento das metas projetadas, verificou-se que a escola não alcançava as metas na maior parte dos anos analisados. Os resultados de 2007, 2009, 2011, 2015, 2019, 2021 e 2023 permaneciam abaixo dos valores estabelecidos como objetivo para cada meta estabelecida pela instituição. Apenas em 2013 a escola superava a meta prevista e, em 2017, o índice obtido igualava o valor projetado. Dessa forma, observava-se que o cumprimento das metas ocorria de forma pontual, sem continuidade ao longo da série histórica.

Na comparação com as médias estadual e nacional, a escola apresenta desempenho superior durante toda a série histórica. Enquanto o Rio Grande do Sul evoluía de 4,5 em 2007 para 5,8 em 2023, e o Brasil avançava de 4,0 para 5,7 no mesmo período, a instituição sempre registrava índices acima desses referenciais. Em alguns anos, a diferença ultrapassava um ponto, evidenciando a expressiva qualidade dos resultados obtidos pela escola.

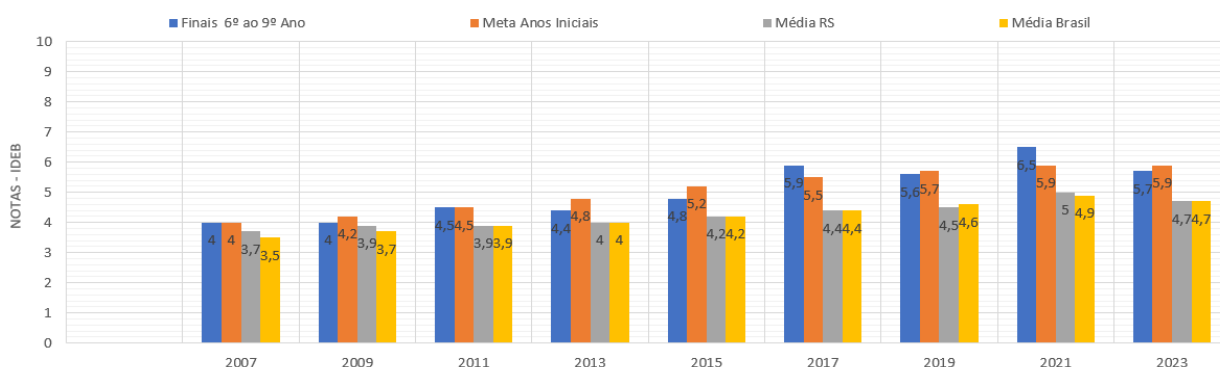
De modo geral, a análise revelou que a Escola José André Acadroli apresentava evolução positiva ao longo da série histórica, embora não cumprisse as metas projetadas na maior parte dos anos. Apesar disso, seus resultados mantinham-se ao longo dos anos superiores às médias estadual e nacional, o que evidenciava um desempenho acima das médias estadual e nacional, ainda que abaixo das metas institucionais previstas pela própria escola.

**Quadro 03 - IDEB dos Anos Finais da Escola Estadual José André Acadroli
(2007- 2023)**

Evolução Histórica	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	2023
Finais 6º ao 9º Ano	4	4	4,5	4,4	4,8	5,9	5,6	6,5	5,7
Meta Anos Iniciais	4	4,2	4,5	4,8	5,2	5,5	5,7	5,9	5,9
Média RS	3,7	3,9	3,9	4	4,2	4,4	4,5	5	4,7
Média Brasil	3,5	3,7	3,9	4	4,2	4,4	4,6	4,9	4,7

Fonte: INEP/QEdu (2024).

Gráfico 02 – Evolução do IDEB dos Anos Finais da Escola José André Acadroli (2007- 2023)



Fonte: INEP/QEdu (2024).

A análise dos anos finais da Escola de Ensino Fundamental José André Acadroli demonstrou que, entre 2007 e 2023, o IDEB apresentava uma trajetória de crescimento, embora com oscilações ao longo do período. O índice iniciava em 4,0 em 2007, mantinha-se estável em 2009, e avançava para 4,5 em 2011. Em 2013, ocorreu uma pequena redução para 4,4, seguida por nova alta em 2015, quando alcançou 4,8. O segundo melhor desempenho da série histórica foi registrado em 2017, atingindo 5,9. Posteriormente, houve uma queda pequena em 2019, com resultado de 5,6, mas a escola voltava a crescer em 2021, chegando a 6,5, antes de apresentar nova redução em 2023, com 5,7.

Em relação ao cumprimento das metas projetadas, constatou-se que a escola se aproximava ou atingia os valores esperados em diversos momentos, porém não mantinha regularidade plena ao longo da série. Em anos como 2007, 2011 e 2017, o desempenho igualava ou superava a meta estipulada, enquanto em outros períodos, como 2009, 2013, 2015, 2019 e 2023, o resultado ficava abaixo do previsto.

Quando comparados aos indicadores de referência, os resultados da escola permaneciam ao longo da série histórica superiores às médias do Rio Grande do Sul e do Brasil. Tanto a média estadual quanto a nacional apresentavam crescimento ao longo dos anos, mas sempre abaixo dos índices alcançados pela instituição. Mesmo nos anos em que o IDEB da escola sofria pequenas quedas, o desempenho continuava acima das médias estadual e nacional, evidenciando uma posição de destaque da escola.

De maneira geral, a análise indicou que a escola mantinha um desempenho satisfatório nos anos finais, com avanços expressivos em determinados ciclos e superioridade consistente em relação às médias estadual e nacional, ainda que nem sempre alcançasse plenamente as metas projetadas.

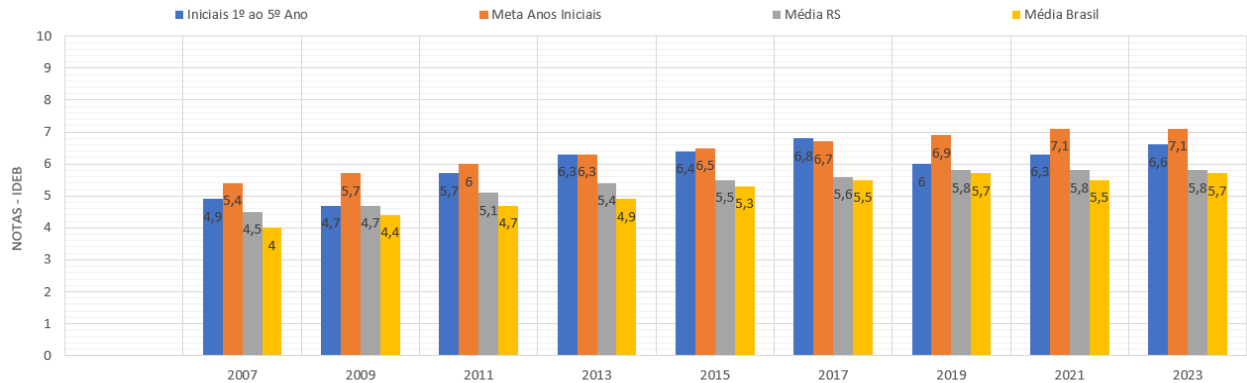
No que se refere ao município, as Tabelas 03 e 04, juntamente com os Gráficos 03 e 04, apresentam os resultados do IDEB dos Anos Iniciais e Finais de Rodeio Bonito no período de 2007 a 2023. Os dados permitem visualizar a evolução do desempenho educacional ao longo da série histórica, tanto em valores numéricos quanto em sua representação gráfica, facilitando a compreensão das tendências de crescimento, estabilidade ou queda no indicador ao longo dos anos.

Quadro 04 - IDEB dos Anos Iniciais do Município de Rodeio Bonito (2007- 2023)

Evolução Histórica	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	2023
Iniciais 1º ao 5º Ano	4,9	4,7	5,7	6,3	6,4	6,8	6	6,3	6,6
Meta Anos Iniciais	5,4	5,7	6	6,3	6,5	6,7	6,9	7,1	7,1
Média RS	4,5	4,7	5,1	5,4	5,5	5,6	5,8	5,8	5,8
Média Brasil	4	4,4	4,7	4,9	5,3	5,5	5,7	5,5	5,7

Fonte: INEP/QEdu (2024).

Gráfico 03 - Evolução do IDEB dos Anos Iniciais do Município de Rodeio Bonito (2007- 2023)



Fonte: INEP/QEdu (2024).

A evolução do IDEB dos anos iniciais do Município de Rodeio Bonito, no período de 2007 a 2023, demonstrou um crescimento consistente, ainda que marcado por pequenas oscilações ao longo do tempo. O município iniciou com índice de 4,9 em 2007, apresentava uma leve queda em 2009 e, posteriormente, retomava o movimento de avanço, alcançando 5,7 em 2011 e 6,3 em 2013. Nos

anos seguintes, manteve desempenho relativamente estável, com resultados próximos ou superiores a 6,0, chegando a 6,8 em 2017, que representou um dos melhores desempenhos do período.

Apesar dos avanços, ficou evidente que o município não atingia as metas projetadas em praticamente todos os anos analisados, com exceção de 2013, quando o índice alcançava patamar semelhante à meta estabelecida. Nos demais ciclos, os resultados permaneciam abaixo do esperado, evidenciando desafios no cumprimento das projeções definidas.

Já na comparação com a média estadual, o município apresentou desempenho superior durante todo o período, destacando-se especialmente entre 2011 e 2017, quando as diferenças em relação ao Rio Grande do Sul eram mais expressivas. Em relação à média nacional, o município também se mantinha acima em todos os anos, reforçando um desempenho melhor que o observado no Brasil de modo geral.

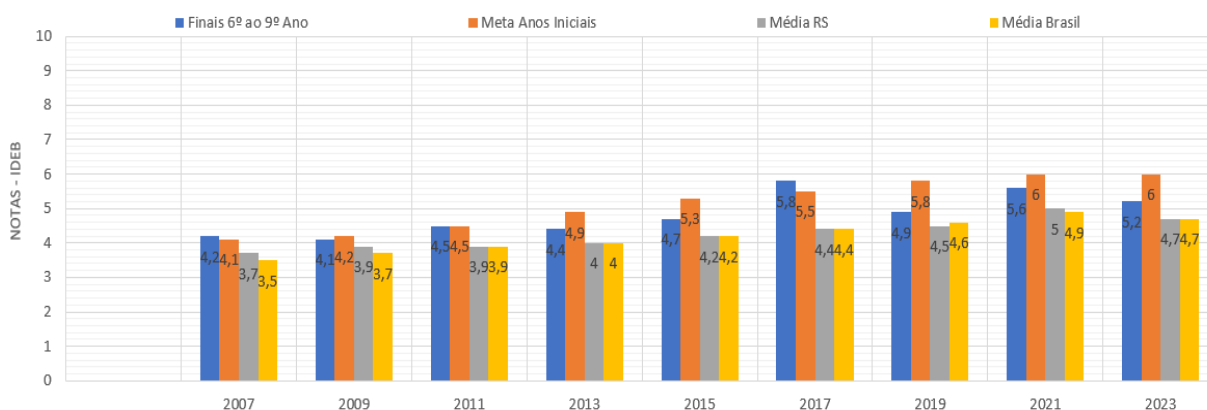
Nesse sentido, a análise demonstrou que, embora Rodeio Bonito apresentasse um desempenho acima das médias estadual e nacional, ainda tinha dificuldades para alcançar as metas projetadas, demonstrando um avanço significativo na aprendizagem, porém com regularidade limitada no cumprimento das metas oficiais.

Quadro 05 - IDEB dos Anos Finais do Município de Rodeio Bonito (2007- 2023)

Evolução Histórica	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021	2023
Finais 6º ao 9º Ano	4,2	4,1	4,5	4,4	4,7	5,8	4,9	5,6	5,2
Meta Anos Iniciais	4,1	4,2	4,5	4,9	5,3	5,5	5,8	6	6
Média RS	3,7	3,9	3,9	4	4,2	4,4	4,5	5	4,7
Média Brasil	3,5	3,7	3,9	4	4,2	4,4	4,6	4,9	4,7

Fonte: INEP/QEdu (2024).

Gráfico 04 - Evolução do IDEB dos Anos Finais do Município de Rodeio Bonito (2007- 2023)



Fonte: INEP/QEdu (2024).

A evolução do IDEB dos anos finais em Rodeio Bonito, entre 2007 e 2023, demonstrou um crescimento gradual, embora marcado por oscilações ao longo do período. O município iniciou com índice de 4,2 em 2007, manteve estabilidade até 2011 e apresentou um pequeno recuo em 2013, quando o resultado baixava para 4,4. A partir de 2015, observava-se uma tendência de melhora, que se ampliou em 2017, ano em que o município alcançou 5,8, o melhor desempenho da série histórica. Nos anos seguintes, porém, o índice retornou a oscilar, registrando 4,9 em 2019, seguido de recuperação em 2021, quando chegou a 5,6. Em 2023, ocorreu uma nova redução para 5,2, ainda assim superior aos resultados iniciais do período analisado.

No que se refere ao cumprimento das metas projetadas, os dados revelaram que o município atendia às expectativas apenas em alguns anos, como 2007, 2009, 2011 e 2017, quando o índice obtido igualava ou superava a meta estabelecida. Nos demais anos especialmente em 2013, 2015, 2019, 2021 e 2023 o resultado ficou abaixo do previsto, indicando dificuldade na regularidade do alcance das metas estipuladas.

Quando comparado às médias estadual e nacional, o desempenho de Rodeio Bonito permanecia de forma contínua acima desses referenciais em toda a série histórica. Em todos os anos analisados, o índice do município superou tanto a média do Rio Grande do Sul quanto a média do Brasil, demonstrando desempenho relativamente superior mesmo nos períodos em que não atingia as metas próprias.

De forma geral, a análise evidencia que os anos finais do município apresentam um desempenho satisfatório em comparação aos indicadores estadual e nacional, embora ainda enfrentam oscilações e dificuldades para manter regularidade no cumprimento das metas projetadas.

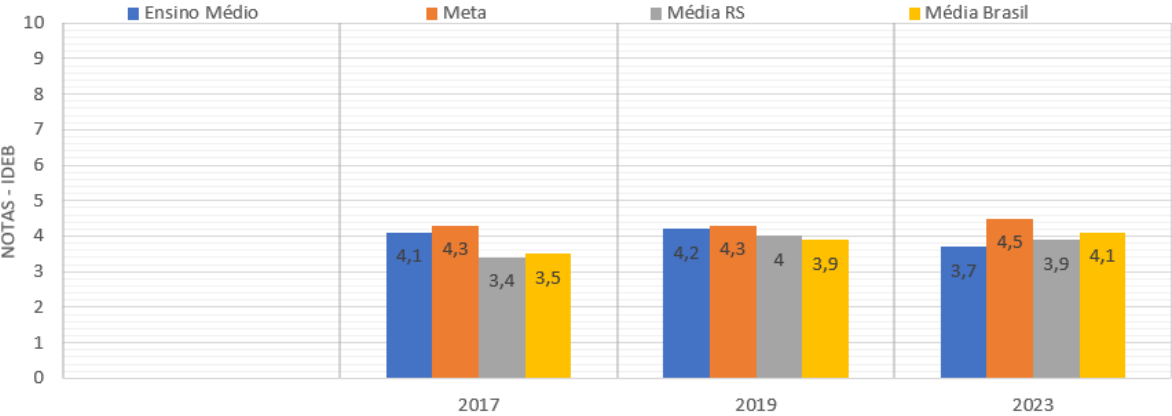
A seguir, apresentam-se a Tabela 05 e o Gráfico 05, que mostram os dados disponíveis da Escola Estadual de Ensino Médio Danilo Irineu Daris referentes aos anos de 2017, 2019 e 2023, os quais foram analisados neste estudo.

Quadro 06 - IDEB da E.E. Danilo Irineu Daris (2017, 2019 e 2023)

Evolução Histórica	2017	2019	2023
Ensino Médio	4,1	4,2	3,7
Meta	4,3	4,3	4,5
Média RS	3,4	4	3,9
Média Brasil	3,5	3,9	4,1

Fonte: INEP/QEdu (2024).

Gráfico 05 - Evolução do IDEB da E.E. Danilo Irineu Daris (2017, 2019 e 2023)



Fonte: INEP/QEdu (2024).

A Escola Estadual de Ensino Médio Danilo Irineu Daris apresentava registros de IDEB apenas para os anos de 2017, 2019 e 2023, tendo em vista a relevância, analisaram-se esses resultados a fim de compreender o comportamento do desempenho da etapa no período disponível. A análise dos resultados da escola mostrou que o desempenho no IDEB apresenta variações ao longo das edições de 2017, 2019 e 2023. Em 2017, a escola registrou índice de 4,1, passando para 4,2 em 2019, o que indicou uma leve melhoria naquele ciclo. No entanto, em 2023, o

resultado reduziu para 3,7, revelando uma queda importante em relação às avaliações anteriores.

Quando comparados às metas projetadas, observava-se que a escola não atingia os valores esperados em nenhum dos anos analisados. Em 2017 e 2019, os índices obtidos permaneciam abaixo da meta de 4,3, e em 2023 a diferença aumentou ainda mais, já que o resultado de 3,7 ficou distante da meta de 4,5 estabelecida para o período.

Na comparação com as médias estadual e nacional, verificou-se que o desempenho da escola apresentou valores acima ou abaixo desses referenciais. Em 2017 e 2019, a escola apresentava resultado superior às médias do Rio Grande do Sul e do Brasil. Entretanto, em 2023, enquanto as médias estadual e nacional aumentavam, o índice da escola caía para 3,7, situando-se abaixo dos dois indicadores comparativos.

De modo geral, a análise evidencia que a escola apresenta um desempenho irregular ao longo da série histórica, com um pequeno avanço entre 2017 e 2019, seguido por uma queda mais acentuada em 2023. Além disso, a instituição não alcança as metas estabelecidas e, no último ciclo, também não acompanha a evolução dos indicadores estadual e nacional.

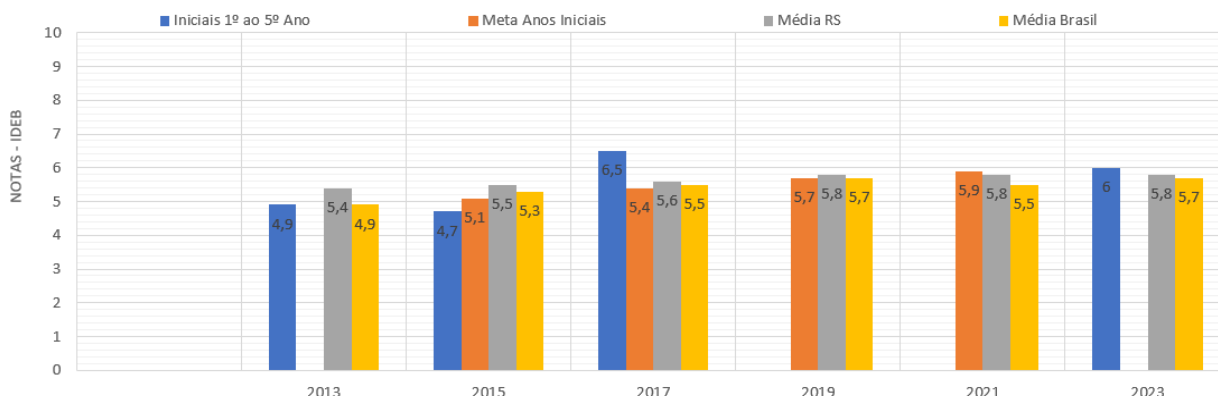
Nesta seção, apresentam-se a Tabela 06 e o Gráfico 06, referentes à Escola Municipal de Ensino Fundamental Evaldo Roberto Nickhorn. Para alguns anos, os resultados do IDEB não estão disponíveis, e, nos anos finais, não foi possível construir a análise devido à ausência de dados, situação que será justificada a seguir.

Quadro 07 - IDEB da E.M. de E.F. Evaldo R. Nickhorn (2013 - 2023)

Evolução Histórica	2013	2015	2017	2019	2021	2023
Iniciais 1º ao 5º Ano	4,9	4,7	6,5			6
Meta Anos Iniciais		5,1	5,4	5,7	5,9	
Média RS	5,4	5,5	5,6	5,8	5,8	5,8
Média Brasil	4,9	5,3	5,5	5,7	5,5	5,7

Fonte: INEP/QEdu (2024).

Gráfico 06 - Evolução do IDEB da E.M. de E.F. Evaldo R. Nickhorn (2013 - 2023)



Fonte: INEP/QEdu (2024).

A análise dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Evaldo Roberto Nickhorn, no período de 2013 a 2023, evidenciou uma trajetória marcada por oscilações e posterior avanço no desempenho educacional. Em 2013 e 2015, a escola apresentou índices de 4,9 e 4,7, respectivamente, permanecendo abaixo da média do Rio Grande do Sul e em patamar próximo ou inferior à média nacional, indicando a necessidade de melhorias no processo de ensino aprendizagem naquele período.

Em 2017, observou-se uma evolução significativa, com a elevação do índice para 6,5, superando de forma expressiva a meta projetada 5,4, bem como as médias estadual 5,6 e nacional 5,5, o que demonstrou avanços consistentes na qualidade da educação ofertada. Nos anos de 2019 e 2021, não houve registros disponíveis para análise. Já em 2023, a instituição alcançou IDEB 6,0, mantendo-se acima das médias estadual 5,8 e nacional 5,7, o que indicou a consolidação dos avanços educacionais obtidos.

Dessa forma, concluiu-se que, apesar das oscilações iniciais, a escola apresentou progressiva melhoria nos indicadores educacionais, especialmente a partir de 2017, com manutenção de resultados satisfatórios em 2023.

Nos anos finais, a escola registrou resultados mais baixos em comparação aos anos iniciais, com 4,7 em 2017 e 4,4 em 2023, permanecendo abaixo das médias do Rio Grande do Sul e do Brasil. Ressalta-se que os dados estiveram disponíveis apenas nessas duas edições, não havendo divulgação de metas para o período analisado. Assim, concluiu-se que o melhor desempenho da escola

concentrou-se nos anos iniciais, enquanto os anos finais apresenta maiores desafios no processo educacional.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Bárbara apresentou apenas uma edição divulgada do IDEB nos anos iniciais, no ano de 2021, com índice de 6,1, e um único resultado nos anos finais, referente a 2019, com 4,4. Nos demais anos da série histórica analisada, não houve divulgação de resultados do IDEB nem de metas projetadas. Já a Escola Municipal de Ensino Fundamental Graciliano Ramos não apresentou resultados divulgados, tanto para os anos iniciais quanto para os anos finais, em todo o período analisado.

A ausência de divulgação dos resultados do Ideb para algumas escolas ocorre em razão dos critérios mínimos de participação estabelecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Conforme orientações oficiais do Inep, somente têm seus resultados divulgados as escolas que, por etapa avaliada, apresentarem no mínimo 10 estudantes presentes no dia da aplicação da avaliação e atingirem pelo menos 80% de participação dos alunos matriculados. Caso esses critérios não sejam atendidos, os dados da escola não são publicados, a fim de garantir a representatividade estatística dos resultados (INEP, 2021).

Além disso, o Inep esclarece que escolas que participam do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) apenas de forma amostral não possuem resultados divulgados individualmente, sendo utilizados apenas em análises agregadas por rede, município, estado ou país. Dessa forma, a inexistência de dados públicos do Ideb para determinadas escolas não indica, necessariamente, baixo desempenho educacional, mas pode estar relacionada a critérios técnicos de participação e divulgação dos resultados (INEP, 2019).

Dessa forma, a lacuna de dados observada para determinadas escolas que ofertam tanto o Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio deve ser compreendida como resultado da aplicação de critérios técnicos de divulgação, e não como indicativo automático de falhas no processo educacional. Mesmo quando a escola possui número total de matrículas superior a dez alunos no Ensino Médio, a publicação dos resultados do Saeb/Ideb depende obrigatoriamente da presença mínima de dez estudantes no dia da avaliação e da participação de, no mínimo, 80% dos matriculados nessa etapa de ensino. Caso tais requisitos não sejam cumpridos, conforme estabelece a Portaria Saeb nº 366/2019 (INEP), os resultados não são

divulgados publicamente, independentemente do quantitativo total de alunos matriculados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada sobre a educação no município de Rodeio Bonito (RS) permitiu compreender, de maneira ampla e fundamentada, a dinâmica dos indicadores educacionais, especialmente do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ao longo do período analisado. O estudo retoma os conceitos apresentados no referencial teórico, os quais destaca a importância dos indicadores educacionais como instrumentos de diagnóstico, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino. Autores como Souza (2014) e Ribeiro e Gusmão (2010), enfatizavam que o IDEB constituía uma ferramenta essencial para compreender o desempenho das escolas brasileiras, articulando dados de rendimento escolar e proficiência em avaliações externas. Esse embasamento teórico orienta a interpretação dos resultados obtidos no município e nas instituições de ensino analisadas.

A partir do levantamento dos dados secundários disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), observa-se que Rodeio Bonito apresenta evolução significativa em vários ciclos avaliativos, ainda que com oscilações ao longo dos anos. Os anos iniciais do ensino fundamental demonstra avanços importantes, em diversas ocasiões acima das médias estadual e nacional, o que reforçava a capacidade das escolas locais de manter desempenhos satisfatórios mesmo diante de contextos complexos, típicos dos desafios educacionais enfrentados por municípios de pequeno porte. As metas estabelecidas pelas escolas, entretanto, nem sempre foram atingidas, revelando que o progresso, embora presente, ocorria de maneira distinta entre as instituições.

Nos anos finais do ensino fundamental, os resultados mostram comportamento mais irregular, com evolução em alguns períodos, mas também quedas expressivas em outros. A literatura consultada aponta que essa etapa de ensino geralmente apresenta maiores dificuldades, especialmente pela complexidade curricular, pelo aumento de disciplinas e professores por turma e pelas mudanças características da adolescência. Esses fatores se refletiam também no desempenho das escolas do município, evidenciando a necessidade de investimentos contínuos em estratégias pedagógicas, formação docente e acompanhamento sistemático das aprendizagens conforme ressalta autores como Vitelli et al. (2018)

Em relação ao Ensino Médio, etapa para a qual a Escola Estadual de Ensino Médio Danilo Irineu Daris possuía registros de IDEB apenas para 2017, 2019 e 2023, foi considerado relevante incluir sua análise, uma vez que essa fase representa um dos maiores desafios da educação brasileira. Os resultados evidenciaram um leve avanço no início da série histórica, seguido de queda acentuada no último ciclo, além do não cumprimento das metas projetadas. A comparação com as médias estadual e nacional mostra que, enquanto os indicadores geral e estadual evoluíam, o desempenho da escola diminuía, apontando para a necessidade de ações específicas para reverter esse cenário.

De modo geral, a análise dos dados permitiu concluir que o município de Rodeio Bonito apresenta potencial para alcançar melhorias contínuas, mas ainda enfrenta desafios relacionados à regularidade do desempenho, ao atingimento das metas educacionais e às particularidades de cada etapa de ensino. A articulação entre teoria e resultados mostra que os indicadores educacionais não apenas expressa números, mas refletem condições históricas, sociais e estruturais que influenciam diretamente o processo de ensino e aprendizagem. A presença de avanços nos anos iniciais, comparada com oscilações nos anos finais e no ensino médio, reforça a necessidade de políticas públicas mais integradas e sustentáveis.

Como possibilidades para estudos futuros, destaca-se a importância de investigar a relação entre práticas pedagógicas, formação continuada de professores, gestão escolar e desempenho no IDEB, ampliando a compreensão dos fatores internos que influenciam os resultados. Além disso, seria pertinente aprofundar análises qualitativas, por meio de entrevistas e observações, para captar dimensões que os dados quantitativos não revelam plenamente. Também se sugere a expansão da pesquisa para outros indicadores, como fluxo escolar, taxas de aprovação, reprovação e abandono, a fim de complementar o diagnóstico da educação no município.

Assim, conclui-se que, embora Rodeio Bonito apresente resultados positivos em algumas etapas, especialmente nos anos iniciais, ainda enfrenta desafios importantes que demandam ações contínuas do poder público, das escolas e da comunidade, a fim de promover avanços mais consistentes na educação local.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, C. C.; SILVA, R. M. da; VIEIRA, L. M. F.; ALVES, A. F. Financiamento da educação pública e a condição educacional no Brasil: 1995–2020. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 43, e240144, 2022.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177–194, jan./mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Saeb nº 366, de 2019. Dispõe sobre os procedimentos para a aplicação e divulgação dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb):** perguntas frequentes. Brasília: Inep, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Divulgação dos resultados por escola depende da taxa de participação dos estudantes por etapa avaliada.** Brasília: Inep, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE.** Programa Caminho da Escola. Brasília, DF: FNDE, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/caminho-da-escola>. Acesso em: 1 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF,

ano 158, n. 246, p. 1, 28 dez. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14113.htm. Acesso em: 3 jul. 2025.

CABRITO, B. G. Avaliar a qualidade em educação: avaliar o quê? Avaliar como? Avaliar para quê? **Cadernos CEDES**, v. 39, n. 108, 2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CHIRINÉA, M. M. BRANDÃO, L. A. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 90, p. 461-483, jul./set. 2015.

CORREA, Bianca Cristina. A gestão da Educação Infantil em 12 municípios paulistas. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 01–15, 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação básica como direito**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A qualidade da educação brasileira como direito. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1053-1066, out./dez. 2014.

DIAS, Carmen Lúcia; HORIGUELA, Maria de Lourdes Morales; MARCHELLI, Paulo Sérgio. Políticas para avaliação da qualidade do Ensino Superior no Brasil: um balanço crítico. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 435-464, set./dez. 2006.

FRANCO, Creso. O Saeb – Sistema de Avaliação da Educação Básica: potencialidades, problemas e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1–26, 2018.

FREITAS, D. R. L.; FERNANDES, P. P. O papel dos municípios na efetivação do direito à educação de qualidade. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, n. 107, p. 741-762, 2020.

FREITAS, Luiz Carlos de. Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 965-987, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, A. L. Prova Brasil: os desafios para uma verdadeira avaliação nas escolas públicas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 1, p. 1002–1017, 2025.

GONÇALVES, Flávio de Oliveira; FRANÇA, Marco Túlio Aniceto. Eficiência na provisão de educação pública municipal: uma análise em três estágios dos municípios brasileiros. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 271–299, abr./jun. 2013.

GORNI, D. Ensino Fundamental de 9 anos: estamos preparados para implantá-lo? **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 67–80, jan./mar. 2007.

GUERRES-ZUCCO, D.; ZANELLA, A.; COUTINHO, A. S. Instrumentos de avaliação e parâmetros de qualidade para a educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 52, e 07958, 2022.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201–210, maio/ago. 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Áreas de atuação, avaliação e exames educacionais – Saeb: resultados**. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>. Acesso em: 5 jun. 2025.

KOEHLER, Rodrigo Oskar Leopoldino; MOTTA, Ivan Dias da. A Constituição Federal de 1988 e o Direito à Educação. **Revista Jurídica Cesumar – Mestrado**, v. 12, n. 1, 2012.

LACRUZ, Adonai José; AMÉRICO, Bruno Luiz; CARNIEL, Fagner. Indicadores de qualidade na educação: análise discriminante dos desempenhos na Prova Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, e 240002, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240002>.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 159, p. 38–62, jan./mar. 2016.

LIMA, Priscila da Silva Neves; AMBRÓSIO, Ana Paula Laboissière; FERREIRA, Deller James; BRANCHER, Jacques Duílio. Análise de dados do Enade e Enem: uma revisão sistemática da literatura. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Campinas, Sorocaba, v. 24, n. 1, p. 89–107, 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NASCIMENTO COCK, Juliana Cristina Araujo do; NASCIMENTO, Aldenira Mota do; COSTA, Paula Araujo; BONAMINO, Alicia Maria Catalano de. Pesquisas sobre implementação de políticas educacionais no Brasil: um estado do conhecimento. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 38, 26769, 2022.

OLIVEIRA, Adailda Gomes de. Políticas educacionais e a qualidade da educação nos municípios fluminenses: alguns recortes. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, p. 411–442, abr./jun. 2014.

PEREIRA, Sueli Menezes. Descentralização administrativa e práticas de gestão participativa: o Conselho Escolar em análise. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, p. 192–212, maio/ago. 2011.

PESSIN, Gisele; DEPS, Vera Lucia. O IDEB e a atuação docente na perspectiva da autorregulação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, e219808, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698219808>.

PINTO, José Marcelino Rezende. Federalismo, descentralização e planejamento da educação: desafios aos municípios. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 153, p. 624–644, jul./set. 2014.

RIBEIRO, Vanda Mendes; GUSMÃO, Joana Borges Buarque de. Uma leitura dos usos dos indicadores da qualidade na educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 121-148, jan./jun. 2010.

ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Gladys Beatriz. Avaliação, agências e especialistas: padrões oficiais de qualidade da educação superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 65, p. 729-752, out./dez. 2009.

SANTOS, J. M. C. T. Exame Nacional do Ensino Médio. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 40, p. 195-205, abr./jun. 2011. Editora UFPR

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia da pesquisa: dos conceitos à prática**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

SILVEIRA, Fernando Lang da; BARBOSA, Márcia Cristina Bernardes; SILVA, Roberto. Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM): uma análise crítica. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 37, n. 1, p. 1101, 2015.

SILVA, Maria Aparecida; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Federalismo cooperativo e Plano de Ações Articuladas (PAR): algumas aproximações teóricas**. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 100, p. 901-922, 2018.

SOARES, José Francisco; ARAÚJO, Renato Júdice de. Nível socioeconômico, qualidade e equidade das escolas de Belo Horizonte. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, p. 355–378, abr./jun. 2014.

SOETHE, Ana Elisa Paes Decomain; OLIVEIRA, Sueli Terezinha de. A educação na Constituição de 1988. **Ágora: Revista de Divulgação Científica**, v. 18, n. 2, p. 128–137, 2013.

SOUZA, Alberto de Mello. A relevância dos indicadores educacionais para a Educação Básica: informação e decisões. **Revista Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 5-19, jan./jun. 2014.

TEIXEIRA, Mariana Pedroso; SANTOS, Gildenir Carolino. **Gestão de dados científicos para pesquisadores**. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 17, p. 1-5, 2019.